

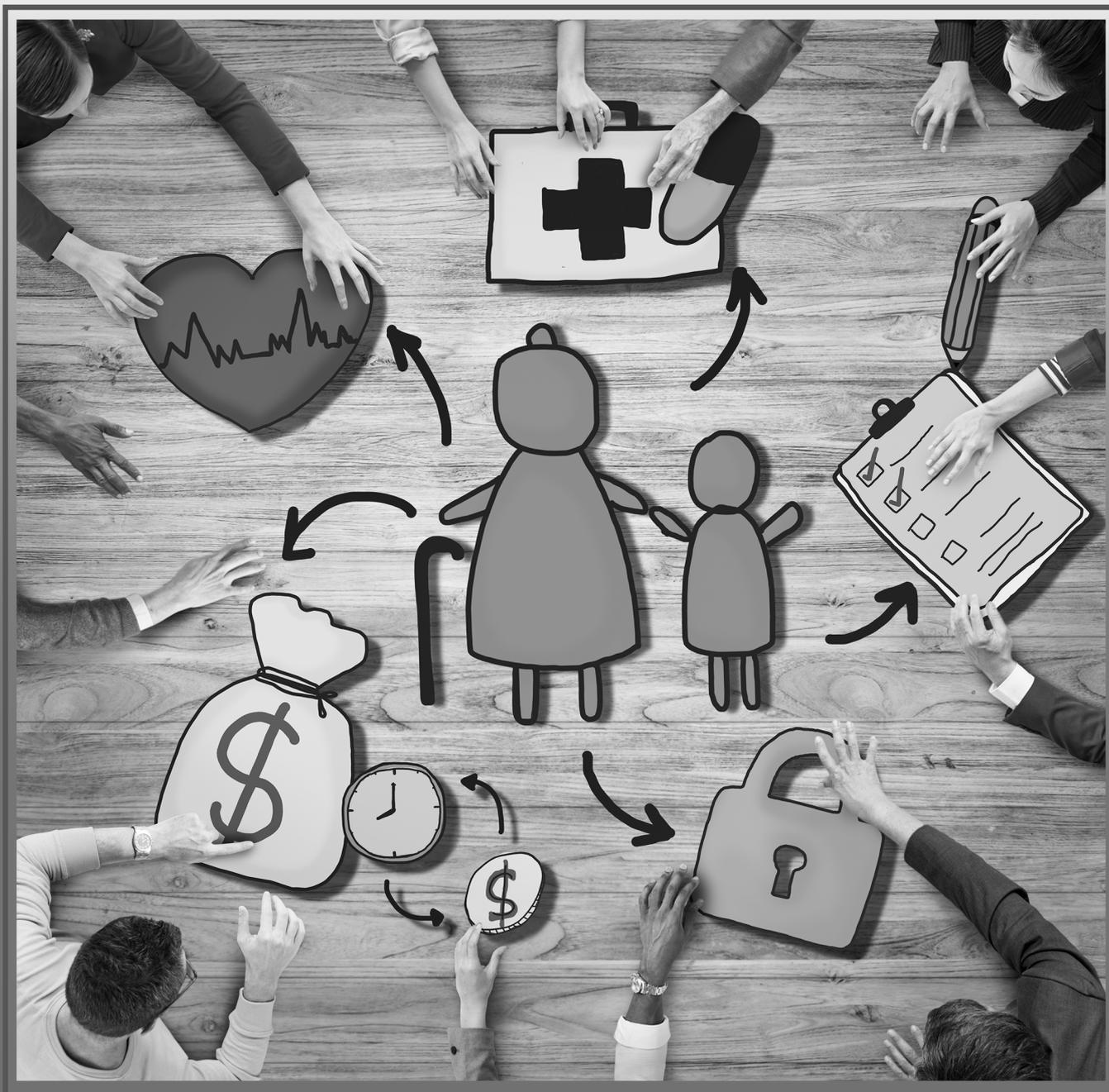


Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: Word Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-233-3
DOI 10.22533/at.ed.333203007

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“NEM NASCER, NEM MORRER”: A AUSÊNCIA DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES E HOMENS EM SOFRIMENTO MENTAL MORADORES DE ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CALUMBI-PE	
Rebeca Ramany Santos Nascimento Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3332030071	
CAPÍTULO 2	21
PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BARRETO/BARRAMARES – MACAÉ/RJ: A MULHER COMO FIGURA REPRESENTATIVA NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA	
Elaine da Costa Feitosa Pinto Gisiane de Mello Corrêa Labre	
DOI 10.22533/at.ed.3332030072	
CAPÍTULO 3	30
PREVENÇÃO DE ABORTAMENTO INSEGURO JUNTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE POBREZA	
Viviane Aparecida Siqueira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.3332030073	
CAPÍTULO 4	40
SAÚDE MENTAL E A QUESTÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM UM CAPS AD	
Ana Alice Firmino de Barros Maria Isabelly Silva Pereira de Lima Rafael Nicolau Carvalho Alecsonia Pereira Araújo Danielle Viana Lugo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3332030074	
CAPÍTULO 5	51
PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: O COTIDIANO DE MULHERES VIVENDO COM HIV/AIDS	
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento Rafael Nicolau Carvalho Alecsonia Pereira Araújo Danielle Viana Lugo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3332030075	
CAPÍTULO 6	63
RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE SEU IMPACTO NO CORPO DA MULHER NEGRA	
Noemi Cristina Ferreira da Silva Angélica de Jesus Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3332030076	
CAPÍTULO 7	73
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM ACOMPANHANTES DE USUÁRIOS DE UM HOSPITAL PÚBLICO DE FORTALEZA: TECENDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE E O EMPODERAMENTO	
Neubejamia Rocha da Silva Lemos Cynthia Santos Neder Thomé	

Danielle de Menezes Vieira
Érica Silva Meneses
Lisiane Melo de Carvalho
Valesca de Sousa Brito
Vivianny Mary Jucá Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.3332030077

CAPÍTULO 8 82

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Kelly Bezerra de Oliveira
Larissa Maria Souto Moura

DOI 10.22533/at.ed.3332030078

CAPÍTULO 9 89

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO CAMILO DE LÉLLIS

Jéssica Katariny Oliveira da Silva
Andressa Sonja Pereira de Castro

DOI 10.22533/at.ed.3332030079

CAPÍTULO 10 97

ENTRE A LOUCURA E AS MÚLTIPLAS LUTAS PELA SOBREVIVÊNCIA: FAMILIARES NA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Lucia Cristina dos Santos Rosa
Sâmia Luiza Coêlho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33320300710

CAPÍTULO 11 108

A MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS COMO SUPORTE PARA A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Paula Martins da Silva Costa
Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33320300711

CAPÍTULO 12 125

ESPAÇO PROMOTOR DE SAÚDE: UMA ESTRATÉGIA PARA A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO À LUZ DA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Christiane Silva Bitencourth Vilela
Ana Lúcia da Silva Dias
Juliana Rodrigues Freitas
Adma Oliveira Lima
Valeria Cristina da Costa Rosa

DOI 10.22533/at.ed.33320300712

CAPÍTULO 13 133

REQUISIÇÕES AOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Suzérica Helena de Moura Mafra
Eliana Andrade da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33320300713

SOBRE A ORGANIZADORA..... 144

ÍNDICE REMISSIVO 145

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BARRETO/BARRAMARES – MACAÉ/RJ: A MULHER COMO FIGURA REPRESENTATIVA NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Data de aceite: 01/07/2020

Elaine da Costa Feitosa Pinto
Mestre em Serviço Social – PUC-RJ

Gisiane de Mello Corrêa Labre
Graduanda do Serviço Social UFF
Rio das Ostras -RJ

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo levantar apontamentos e reflexões que trazem a figura da mulher como protagonista na busca por planejamento do número de filhos e as responsabilidades a ela impostas às questões referentes à saúde sexual e reprodutiva. Realizamos uma busca em torno da trajetória das políticas de saúde voltadas para a mulher que desde a sua formação tinham uma perspectiva reducionista onde os cuidados para a mulher giravam em torno de questões que envolvem maternidade, gestação e puerpério. A trajetória profissional enquanto Assistente Social no Programa de Planejamento Reprodutivo na Unidade Básica de Saúde em Macaé nos possibilitou o envolvimento com o tema que precisa ser ampliado e analisado na sua integralidade, sendo oferecido igualmente entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde, mulher e

planejamento reprodutivo.

REPRODUCTIVE PLANNING IN THE
BASIC HEALTH UNIT BARRETO
BARRAMARES IN MACAÉ- RJ: WOMEN AS A
REPRESENTATIVE FIGURE IN SEXUAL AND
REPRODUCTIVE HEALTH

ABSTRACT: The objective of this study is to draw up notes and reflections that bring the figure of the woman as protagonist in the search for planning the number of children and the responsibilities imposed on the issues related to sexual and reproductive health. We searched the path of health policies directed towards women who, from their formation, had a reductionist perspective where care for women revolved around issues involving maternity, gestation and the puerperium. The professional trajectory as Social Worker in the Program of Reproductive Planning in the Basic Health Unit in Macaé allowed us to be involved with the theme that needs to be expanded and analyzed in its entirety, being offered equally between men and women.

KEYWORDS: Health, women and reproductive planning.

APRESENTAÇÃO

A cidade de Macaé é a primeira do estado do Rio de Janeiro e a primeira do Norte Fluminense em desenvolvimento, de acordo com o site oficial da prefeitura (2015). Tal afirmação é fruto do resultado da pesquisa feita pelo sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que calcula o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A pesquisa foi realizada com o aval do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE)

O crescimento da indústria do petróleo provocou o aumento populacional, com a chegada de pessoas de todo o país e do mundo para trabalhar em Macaé. A população triplicou – são 206.748 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE em 2010 (IBGE, 2015) estimativa feita com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dez por cento da população é de estrangeiros. A Bacia de Campos – onde se localiza Macaé – é responsável por 80% da produção de petróleo e 47% da produção de gás natural do país.

Com uma economia que cresceu 600% nos últimos dez anos – mais do que a da China – Macaé é uma cidade em constante evolução. Por conta do desenvolvimento da indústria do petróleo e gás, especialmente a partir da quebra do monopólio estatal, em 1997, a cidade hoje é bem diferente da vila de pescadores dos anos 70.¹

A cidade de Macaé vem passando por diversas mudanças sociais desde a descoberta de petróleo e gás na Bacia Continental de Campos e a escolha do município como base local de operações da Petrobrás na década de 70. O elevado número de empregos gerados na região em função da indústria petrolífera e o crescimento econômico decorrentes deste fato fizeram com que a cidade fosse conhecida como local de oportunidades, abrindo a porta então para um crescimento demográfico além do esperado e do preparado (COSTA, 2009).

Dentro desta realidade encontra-se no município a Unidade Básica de Saúde Barreto/ Barramares - serviço público vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, que cuja abrangência territorial é extensa e não é limitada.

O equipamento foi inaugurado em julho de 2018, na ocasião do aniversário da cidade, e cabe acrescentar que dois espaços públicos anteriores, Núcleo de Atendimento a Mulher – Visconde e UBS Barreto migraram para o UBS citado, compondo a equipe de trabalho. Os serviços de Atenção Básica oferecem ações de saúde no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e o tratamento dos problemas de saúde mais comuns e relevantes da população, a reabilitação e a manutenção da saúde. (BRASIL, 2010)

Dentro dessa proposta e dessa visão integral da saúde, funciona na Unidade o Programa de Planejamento reprodutivo, que tem sua relevância na medida em que é

1. Informações do Site oficial da Prefeitura Municipal de Macaé disponível em www.macaee.rj.gov.com.br/conteudo/leituras/titulo/macaee-petroleo-e-desenvolvimento. Acesso em 02/04/2015.

visto como recurso para a saúde de homens, mulheres e crianças, contribuindo para uma prática sexual saudável.

O Serviço Social está inserido no Programa de planejamento reprodutivo da UBS e a partir de falas² oriundas da população atendida e experiências vivenciadas ao longo da jornada profissional procuramos, por meio dessa produção, apontamentos e reflexões que trazem a figura da mulher como protagonista na busca por planejamento do número de filhos e as responsabilidades a ela impostas às questões referentes à saúde sexual e reprodutiva.

A SAÚDE REPRODUTIVA COMO UM DIREITO DO CIDADÃO

No Brasil, houve um marco nas políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao conceito de saúde, após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido pela Constituição Federal Brasileira em 1988. Emergiu a ideia de qualidade de vida para os cidadãos brasileiros, através da atenção à saúde mental, trabalho, moradia, educação e outros.

Estas conquistas foram garantidas por meio de lutas e movimentos no sentido de construir uma nova política de saúde efetivamente democrática, considerando a descentralização, universalização e unificação como elementos essenciais para a reforma do setor (BRAVO, 1996)

A saúde passa a ser direitos de todos e dever do Estado, tendo como princípios a universalidade, a equidade, a integralidade e participação social. A universalidade refere-se ao acesso de todos, sem preconceito e privilégio. A equidade diz respeito à igualdade de acesso aos serviços de saúde. A integralidade seria a integração e participação social, trazendo a noção de democratização para o serviço efetivo do controle social na gestão do sistema (BRASIL, 2000).

O programa de ações resultante da IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, estabeleceu, entre outras metas importantes, que todos os países deveriam se esforçar para ampliar até 2015 a saúde reprodutiva, estando essa ao alcance de todas as pessoas, de idades apropriadas, por meio de um sistema de Atenção Básica de Saúde.

No Brasil a trajetória do planejamento familiar foi marcada por uma cultura religiosa, predominantemente católica, além de sofrer influências internacionais e de movimentos sociais, servindo a múltiplos interesses (VENTURA, 2009).

Com o crescimento dos aglomerados urbanos e a crise do sistema econômico mundial, por volta dos anos 1960, surgiram os programas de controle de natalidade,

2. Tais falas foram sistematizadas no livro de registro do Serviço Social, e identificadas de forma sigilosa neste trabalho, bem como, foram trabalhadas nas supervisões de estágio como reflexo das questões sociais que se define como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 1997).

com o objetivo de controlar a pobreza. Os métodos contraceptivos passaram a entrar no mercado, desassociando sexualidade e reprodução, porém tornando a mulher dependente do sistema médico e sem a devida assistência (COELHO, 2000).

Após mobilizações por parte da sociedade e principalmente dos movimentos feministas, em 1996, foi aprovado o projeto de Lei no. 9263, de 12 de janeiro, que regulamenta o planejamento familiar onde todas as instâncias estão obrigadas a garantir a mulher, ao homem ou ao casal, em toda sua rede de serviços, assistência à concepção e a contracepção como parte das demais ações que compreendem a assistência integral à saúde. (BRASIL, 1996).

Neste sentido, entendemos que o planejamento reprodutivo³, termo este mais adequado e que não deve ser usado como sinônimo de controle de natalidade (BRASIL, 2010), deve ser tratado dentro do contexto dos direitos reprodutivos e sexuais, tendo, portanto como principal objetivo garantir às mulheres e aos homens um direito básico de cidadania: o direito de ter ou não filhos.

SAÚDE DA MULHER: PARA ALÉM DE UM OLHAR REDUCIONISTA

Nas primeiras décadas do século XX a saúde da mulher foi incorporada as Políticas Nacionais de Saúde no Brasil, nesse período, limitada às demandas relativas à gravidez e ao parto.

Os programas de materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares (BRASIL, 2004).

Esses programas tinham como característica a verticalidade e a falta de articulação com outros programas e ações propostas pelo governo federal. As suas metas eram definidas sem considerar as particularidades, não levando em conta as necessidades da saúde da população local, acarretando na fragmentação da assistência e no baixo impacto nos indicadores da saúde da mulher.

Identifica-se que há uma falta de visão integral da saúde da mulher como fruto da desigualdade de gênero, que atribuía o espaço privado a mulher e o espaço público ao homem. Durante a atuação junto às mulheres buscamos desconstruir essa afirmativa que as mulheres foram “feitas” para o trabalho doméstico e para o cuidado dos filhos, não que haja problemas necessariamente nessa forma de viver; o problema está quando esse estilo de vida não se constitui em uma escolha dessa mulher, mas sim em uma obrigação.

Assim historicamente coube à mulher as atividades ligadas ao cuidado, justificadas por qualidades que constituem a “ natureza da mulher”. A maternidade faz parte desta

3. Parte - se de uma nova perspectiva de que o homem e a mulher podem planejar ter ou não ter filhos independente de constituir uma família. Na atual conjuntura, a família constitui-se por diversos arranjos, sem a rejeição legal e social que enfrentavam no passado. (PINTO, 2012)

“natureza feminina” e é entendida como o cumprimento de uma função da mulher na sociedade (MATTAR; DINIZ, 2012)

O machismo está entranhado em nossa sociedade e associado a muitas expressões da questão social, como a violência contra a mulher em suas múltiplas formas, estupro e feminicídios.

Percebemos que muitos enxergam o corpo da mulher como propriedade do homem, o que retira dessa mulher a liberdade, autonomia e sentimento de cidadania, por essa razão uma grande parcela das mulheres não veem motivo para cuidarem de seus corpos, só procuram as unidades de saúde por ocasião do pré-natal ou quando estão com alguma doença, não levando em consideração a saúde preventiva e relegando sua saúde íntima e direitos sexuais.

A reivindicação das mulheres organizadas em defesa do reconhecimento de seus direitos, enquanto sujeitos com necessidades que extrapolassem a gestação e o parto, demandando ações que lhes assegurassem melhorias nas condições de saúde em todas as fases da vida precisava ser efetivada. Ações que contemplassem as particularidades de cada grupo populacional, suas condições sociais, econômicas, culturais e afetivas também precisavam de um olhar diferenciado.

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO: FALAS E APONTAMENTOS REFLEXIVOS

Como trabalhado anteriormente, no Brasil, as políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, têm um dos primeiros marcos a elaboração do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, em 1984, que inclui o planejamento familiar, termo este atualmente denominado planejamento reprodutivo (BRASIL, 2010), no elenco de ações voltadas para atenção à saúde da mulher.

A Unidade Básica de Saúde Barreto/Barramares, desenvolve ações de promoção e prevenção a saúde contando com serviços médicos, de enfermagem, psicológico, nutricional, odontológico e serviço social. O programa de planejamento reprodutivo, está inserido dentro das ações da Unidade, vinculado então ao Programa de Atenção a Saúde da Mulher (PAISM) e a Secretaria Municipal de Saúde .

O Serviço Social do UBS Barreto/Barramares faz parte da equipe multiprofissional que compreende também a psicologia, enfermagem e clínica médica – obstetrícia. As abordagens são realizadas individualmente onde num primeiro momento as orientações e o aconselhamento possibilitam a pessoa, interessada a participar do programa, condições para que avalie suas próprias vulnerabilidades, tome decisões sobre ter ou não ter filhos e sobre os recursos a serem utilizados para concretização de suas escolhas, considerando o que seja mais adequado à sua realidade e a prática do sexo seguro.

Vale acrescentar que a experiência profissional com o planejamento reprodutivo

no município já ocorre a aproximadamente 10 anos, sendo esta vivenciada em outras unidades de saúde. Durante este período algumas observações e apontamentos nos levaram a desenvolver este trabalho, buscando a reflexão e a construção de caminhos que visem a melhoria do programa, principalmente traçando ações que venham a ser incluídas na realidade e na vivência da população que dela faz uso.

Para melhor evidenciar nossa observação, fizemos um levantamento dos atendimentos entre os meses de janeiro e maio de 2019 no Serviço Social do UBS e constatamos que 80% destes foram mulheres e 20%, homens.

De acordo com Coelho (2000), por um longo período a mulher foi vista apenas da perspectiva reprodutiva e materna. Tal afirmação vem ao encontro das nossas percepções na medida em que se torna clara a presença marcante de mulheres na busca por planejamento reprodutivo.

Os motivos que levam a ausência da figura masculina em serviços de saúde e principalmente nos de saúde reprodutiva perpassa pelo campo do machismo que culturalmente determina que homem não precise de cuidados de saúde e muito menos de planejar sua reprodução.

“quem engravida é ela, então ela que opere, tome remédio...se vire. Não posso ter mais filhos. Se a senhora não ligar ela, eu vou largar ela com os cinco filhos e vou embora” (J, 35 anos)

Esta fala nos leva ao entendimento de que os serviços de saúde precisam desenvolver ações que contemplem a saúde sexual e reprodutiva do homem. A maioria das unidades básicas, inclusive o UBS Barreto/Barramares funciona em horários onde a maior parte dos homens está em exercício profissional. Alguns esclarecem nos atendimentos que serão descontados financeiramente por se ausentarem de suas atividades formais, mesmo apresentando declaração de comparecimento.

A pouca disponibilidade de métodos contraceptivos masculinos também é uma situação evidenciada na saúde reprodutiva e que não contribui para uma mudança da situação evidenciada. A vasectomia e o preservativo masculino são os mais utilizados e disponibilizados pelo Ministério da Saúde. (BRASIL, 2010)

A falta de informação e acesso aos serviços e funcionalidade do método é outro aspecto que precisa ser considerados.

“eu tenho muita dor de cabeça e enjoo com o “remédio”. Como não tem outro jeito, eu vou engravidando” (L, 27anos)

“nunca esqueci de tomar o remédio até porque tenho um filho especial. Vou ao Rio de Janeiro todo mês pro tratamento dele, mas depois que usei remédio pra infecção urinária, engravidei” (P, 32 anos)

Nesta última fala, constatamos que a falta de informação quanto ao uso correto do método foi o que pode ter ocasionado a gestação não planejada. Na ocasião a usuária esclareceu que fazia uso de pílula por indicação médica e em nenhum momento foi

esclarecida quanto ao uso de medicações paralelas podem diminuir a eficácia do método.

Tal referência nos reporta a trajetória da construção do planejamento reprodutivo no Brasil, que impunha a mulher o uso de método contraceptivo sem dar a esta a escolha por método mais eficaz a sua realidade e principalmente sem informações adequadas.

A ausência de método contraceptivo hormonal nas farmácias municipais também é uma percepção evidenciada nas abordagens. Métodos hormonais precisam ser usados com regularidade, sem interrupção podendo ocasionar gestações não planejadas.

Para a plena concretização das ações de planejamento reprodutivo, se faz necessário garantir infraestrutura ao funcionamento das Unidades que oferecem o programa, dotando-a de recurso material, apoiando processo de educação permanente e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas e estruturar a rede de referência fora do âmbito da Unidade.

Quanto aos métodos contraceptivos escolhidos pelos usuários que buscam o planejamento reprodutivo, são os métodos de esterilização os mais procurados. Entre Janeiro e Maio deste ano, 33% dos usuários optaram pela laqueadura nos pós-parto e 31% a laqueadura tubária por iteratividade, ou seja, no momento do parto por sucessivas cesarianas que é garantido pela lei do planejamento. O Dispositivo Intra Uterino⁴, DIU obteve 20% de interesse por parte da população e a vasectomia, 18%.

Os métodos cirúrgicos são os mais procurados pois, de acordo com as falas dos usuários, são procedimentos que não exigem rotina continuada e após a cirurgia, se vêm livres do processo reprodutivo.

“Prefiro a laqueadura porque assim fico livre disso o resto da vida” (C, 41 anos)

No Brasil a esterilização feminina mantém-se como método contraceptivo mais frequentemente utilizado com 29% (BRASIL, 2010). Tal que fato não está distante da experiência vivenciada na UBS e mesmo deixando claro os riscos e dificuldades para reversão, é este o método mais escolhidos pelas mulheres.

O DIU é um método que tem tal tido boa aceitação por parte das mulheres e nos atendimentos procuramos trabalhar as desmistificações do método que é carregado de mitos e fatos sem fundamento.

“Eu não boto esse negócio. Dá câncer” (F, 28 anos)

A dificuldade de acesso ao método direto no UBS é um fator que diminui a interesse das mulheres ao uso do mesmo. No final das avaliações da equipe, a mulher é encaminhada para inserção do DIU em outra unidade de saúde que se localiza distante da UBS. Diante desta dificuldade, o Serviço Social busca o agendamento com a equipe da outra Unidade no sentido de facilitar o atendimento.

Quanto ao método da vasectomia, um dos poucos disponíveis para os homens, tem havido uma boa aceitação e procura. Durante as abordagens buscamos identificar

4. Pequeno objeto de plástico, revestido de cobre, que é inserido no útero e impede a sobrevivência dos espermatozoides.

os motivos que o levaram a optar pela esterilização, percebendo por meio das falas que foram “obrigados” pelas companheiras a procurar o programa. Evidenciamos também que os homens buscam o serviço após conhecerem outros homens que realizaram o procedimento e não tiveram problemas.

“uns amigos lá da Igreja fizeram isso aí e disseram que não doeu e está tudo bem” (W, 42 anos)

“um colega do trabalho fez e me incentivou a fazer” (P, 39 anos)

O medo em torno das questões que envolvem a sexualidade masculina, tais como a virilidade e impotência são relatados nos atendimentos e expressam a ausência da compreensão da temática que envolve sexualidade, que segundo Foucault (1999), é fruto da restrição aliada ao surgimento da burguesia e das modificações das configurações políticas sob a óptica do capital, servindo como instrumento de poder e dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções em torno da responsabilidade da mulher de planejar a reprodução, escolhendo assim quantos filhos ter ou não ter se apresentou de forma clara no estudo apresentado. Tal questão recai sobre a figura feminina sem que esta encontre apoio nos serviços de saúde que por sua vez, não consideram sua condição subalterna numa sociedade patriarcal.

As propostas públicas que envolvem o direito reprodutivo, em sua maioria, têm sido focadas na mulher com poucas iniciativas para o público masculino. Reflexo dessa afirmativa se evidencia da própria gestão/organização desta política que está vinculada hierarquicamente ao Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher, delegando já em sua nomenclatura, que a saúde reprodutiva é atribuição do ser feminino.

Buscar um diálogo constante com mulheres e homens, bem como programar ações concretas nos serviços de saúde, democratizando os avanços conquistados no campo da formulação do direito reprodutivo e sexual, ter uma visão do atendimento em sua integralidade é o desafio lançado aos trabalhadores da saúde.

Os serviços de saúde também precisam de mais práticas educativas em planejamento reprodutivo que ofereçam, ao casal ou em grupo, acesso as informações quanto meios, métodos e técnicas disponíveis para que a escolha livre e informada seja uma decisão tomada de forma consciente pelo homem e a mulher.

A atuação do Serviço Social na UBS frente ao Programa de Planejamento Reprodutivo, e outros, parte do princípio do rompimento com conceitos conservadores e busca um trabalho que resulte num processo educativo, num bem e não num produto a ser consumido. Durante nossas ações profissionais a procura pelo diálogo e interlocução com a população atendida, centrada no sujeito, se perpassa durante toda abordagem.

A elaboração deste trabalho nos deu a convicção da complexidade do tema que nos dedicamos a estudar, pelas múltiplas facetas históricas e culturalmente construídas e entendemos que este é o primeiro passo para o desenvolvimento de novos apontamentos e estudos que possibilitem a aproximação da realidade vivenciada por mulheres que buscam políticas públicas que orientem a melhoria da qualidade de suas vidas, principalmente no campo do direito sexual e reprodutivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas *Política Nacional de atenção a Saúde da Mulher: princípios e diretrizes* – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. *Assistência em Planejamento Familiar: Manual técnico/Secretaria de políticas de saúde, Área técnica de saúde da mulher*, Ministério da Saúde. Brasília: 2002.
- BRASIL, *Lei do Planejamento Familiar*, no. 9263 de 12/01/1996. Ministério de Saúde, Brasília: 1996.
- BRASIL, *Legislação Federal e Estadual do SUS*. Lei nº. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. In: Rio Grande do SUL. Secretaria de Saúde. *Legislação Federal e Estadual do SUS*. Porto Alegre: 2000. p. 22-41.
- BRAVO, M. I. S. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. Cortez: Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- COELHO, E .A. C .et al. *O planejamento familiar no Brasil contexto das políticas de saúde: determinantes históricos*. Revista da Escola de Enfermagem USP, v. 34, n. 1: 2000.
- COSTA, R. C. R. *Sangue Negro: Juventude e violência na capital brasileira do petróleo*. In: Direitos Humanos e questão social na América Latina, Rio de Janeiro: Gramma: 2009.
- MATTAR, L.D; DINIZ, C.S.G. *Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres*. Interface v. 16, n.40, 2012.
- PREFEITURA municipal de Macaé. *Site oficial da Prefeitura Municipal de Macaé*. Disponível em: www.macaerj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/macaer-petroleo-e-desenvolvimento. Acesso em 02/04/2015.
- VENTURA, M. *Direitos reprodutivos no Brasil*. 3ª. Edição. Brasília: UNFPA, 2009. Disponível em : http://www.unfpa.org.br/arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf. Acesso em 01 de junho de 2019.
- PINTO, Elaine da Costa Feitosa; Oliveira, Antonio Carlos. *Famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes: um estudo no CREAS de Mesquita*. Rio de Janeiro: 2012. 113 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SILVA, Edileusa. *O planejamento familiar na perspectiva feminina*. Franca:2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abortamento 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39

Aborto 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39

Aids 38, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62

Álcool 40, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 107

B

Brasil 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 45, 52, 53, 54, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 81, 83, 85, 91, 92, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 142

Brasileiro 4, 5, 19, 20, 22, 34, 53, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 74, 100, 101, 116, 127, 131, 135

C

Câncer 27, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 78, 144

Caps 12, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 94, 99, 103, 105, 107

CRAS 30, 34, 35

D

Desinstitucionalização 97, 98, 100, 101, 106

Diagnóstico 22, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 72, 102, 113, 115, 121, 144

Direito 3, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 23, 24, 28, 29, 31, 46, 53, 55, 65, 66, 68, 74, 76, 95, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 135, 138, 141

Documento 1, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 31, 90, 93, 96, 117, 126

Drogas 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 104, 107, 113, 117, 123

E

Educação 1, 17, 19, 20, 23, 24, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 60, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 91, 95, 102, 107, 109, 131, 133, 142

Empoderamento 17, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 99, 127, 128, 129, 130, 132

Empresariamento 133, 134, 136, 137, 141

Envelhecimento 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 144

Estágio 23, 52, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 134

F

Família 1, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 24, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 56, 57, 58, 60, 76, 77,

88, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 120, 122, 140, 144
Fundamentais 10, 40, 64, 86, 108, 109, 110, 118, 126
Fundamental 10, 19, 44, 61, 68, 74, 84, 88, 104, 109, 110, 111, 120, 121, 130

H

HIV 38, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62
Hospital 9, 10, 15, 36, 51, 52, 54, 63, 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 89,
90, 92, 93, 94, 95, 96, 134, 139, 144

I

Idoso 16, 110, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

J

Judicialização 108, 109, 110, 117, 120, 121, 122, 123, 124

M

Mental 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 17, 18, 19, 23, 33, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 66, 89, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 126, 127, 128, 129, 132
Mulher 8, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47,
48, 49, 50, 61, 63, 64, 68, 70, 78, 103
Multiprofissional 25, 63, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 134, 140, 144

N

Nascimento 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 46, 51
Negra 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

P

Participação 5, 7, 22, 23, 33, 35, 38, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 87, 92, 94, 95, 97, 99, 100,
101, 102, 115, 116, 127, 129, 130
Planejamento 5, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 55, 75, 76, 78, 86, 139
Política 23, 28, 29, 38, 45, 51, 52, 53, 55, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 86, 90, 91, 92,
96, 98, 99, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137,
138, 140, 141, 142, 143, 144
Promoção 10, 22, 25, 29, 32, 53, 65, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 87, 93, 95, 110, 123, 125, 126,
127, 128, 129, 130, 131, 132
Psicoativas 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50

R

Racial 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71

Racismo 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Relações Sociais 4, 6, 42, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 69, 84, 102

Reprodutivo 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 55

Residência 63, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 134, 144

Rurais 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 74

Rural 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19

S

Saúde 1, 2, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Saúde Mental 1, 2, 15, 17, 23, 33, 40, 41, 43, 45, 49, 66, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 127, 132

Sistema Único de Saúde 108

Social 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

SUS 23, 29, 36, 37, 38, 50, 53, 61, 65, 71, 72, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 92, 94, 95, 100, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 136, 143

T

Transtorno 42, 90, 91, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107

Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020